

**Jornal**  
**30 de Agosto**

# **Edição Pedagógica**

**Especial 2011**



[WWW.APPSINDICATO.ORG.BR](http://WWW.APPSINDICATO.ORG.BR)

# EDITORIAL

Iniciamos mais um semestre. E como sabemos, companheiros e companheiras, da luta, não há recesso nem férias. Temos debatido e cobrado do atual governo todos os itens da nossa pauta de reivindicações (ver texto sobre as negociações).

Mas nossa luta vai além da preocupação com os itens que compõem a melhoria das condições dos trabalhadores em educação. Ela se estende a um projeto de sociedade ao qual a escola tem papel fundamental e decisivo.

Temos nos esforçado ao máximo para contemplar uma dimensão de totalidade em nossas ações. Nossa preocupação é também de possibilitar, para além de salários dignos e dignas condições de trabalho, uma formação política que venha ao encontro da formação de uma nova cultura.

Sabemos que ainda temos um longo percurso para a efetivação de uma sociedade radicalmente democrática e neste sentido, de uma sociedade preocupada com a vida digna e de qualidade para todas e todos. Mas, também, ao mesmo tempo que conseguimos perceber as contradições postas pela forma de organização social capitalista, encontramos espaços de resistência e transformação.

Nosso sindicato se constitui como um destes espaços e nossa intenção é que a escola se construa como o espaço privilegiado

de socialização do conhecimento numa perspectiva humanizadora.

Nesta edição, pensada em fazer refletir não só sobre nossa prática pedagógica, mas também para fazer refletir sobre nossas concepções de mundo e, portanto, de vida, você educador e educadora, a exemplo de nossa capa encontrará também imagens que fazem sugestão ao belo, ao artístico, ao espírito. A arte se manifesta nesta edição pelas sugestões de filmes que fazem parte do tema da nossa agenda deste ano. Também do cronograma do curso de cinema militante organizado pelas nossas secretarias Educacional e de Formação, e pela obra de Botero da exposição "Dores da Colômbia" visitada no Museu Oscar Niemeyer durante a II Etapa do Curso de Formação Político Sindical.

Ainda nesta edição o texto da Profª Anita Schlesener, professora do curso de pós-graduação em Educação da UTP apresenta o pensamento filosófico e político de Antonio Gramsci, no sentido de nos instrumentalizar para formação de uma nova sociedade. Enfatizando que a escola tem um papel relevante para a classe trabalhadora, mas outros ambientes também concorrem para a formação - o sindicato, o partido e círculos de estudo no trabalho. Gramsci propugnava um novo modelo de escola, em que a formação para o trabalho não seria esquecida, mas

teria lugar dentro de uma formação integral, humanista e aberta para a experiência coletiva.

O texto da Profª Janeslei Aparecida Albuquerque, Secretária Educacional da APP-Sindicato, trata do papel da ideologia como ferramenta hegemônica dos princípios da organização capitalista refletidos em nosso contexto político educacional.

Juliana Costa Barbosa, pedagoga, pesquisadora e assessora da APP-Sindicato, vem ressaltar o caráter formativo que envolve os processos de construção e implementação das políticas educacionais, enquanto ferramentas de construção coletiva numa perspectiva democrática.

Por fim, temos a palavra da nossa Presidenta Profª Marlei Fernandes de Carvalho, relatando nossas negociações com o governo e as perspectivas para este segundo semestre.

A escola que queremos exige nossa ação organizada, intencional e planejada. Por isso convocamos todos e todas para o debate político da educação na semana pedagógica, reafirmando nossa concepção libertadora e emancipadora de educação e agindo como sujeito históricos que somos para a construção de uma nova cultura social.

Secretaria Educacional  
Direção Estadual da APP-Sindicato

## TEMPOS MODERNOS

(Moderns Times)

Direção: Charles Chaplin

Estados Unidos – 1936 – 89 minutos



O filme retrata as mudanças ocorridas no mundo do trabalho durante a década de 30, a partir da ótica de Chaplin. Retrata as injustiças geradas pelo capitalismo no contexto do desenvolvimento tecnológico que animaliza e aliena aqueles que produzem a riqueza: os trabalhadores.

Chaplin foi um visionário. Artista consagrado, não esqueceu de sua origem humilde e não perdeu sua consciência de classe. O que lhe valeu perseguição "por atividades comunistas" nos Estados Unidos e obrigou-o ao exílio na Suíça.

Além da fome e da violência contra os trabalhadores, "Tempos Modernos", como outras obras de Chaplin, também nos remete, como disse Carlos Drumond de Andrade, "à graça de existir/mesmo entre os equívocos, o medo, e a solidão mais solita".

# Avaliação das negociações com o governo e o segundo semestre

Vivenciamos seis meses do novo governo. Temos mantido as portas abertas e o diálogo. O primeiro semestre foi o período inicial para apresentar toda a pauta e também de enfrentamento em relação às finanças do Estado. Um início sempre é assim: um reapresentar, mesmo conhecendo o projeto apresentado no período da campanha eleitoral pelo então candidato. O processo eleitoral empoderou a categoria através da APP-Sindicato. Levamos ao mais alto grau o debate da nossa pauta, dos educadores/as e a defesa da Escola Pública. Esse empoderamento nos deu condições de iniciar as negociações com mais força e respeito.

Derrotamos inicialmente a velha máxima dos governos da falta de recursos, e nesse, de um grandioso diagnóstico de déficit deixado pelo governo anterior que praticamente nos imobilizava. Sabedores que somos desse artifício e a uma equipe "tecnicamente" bem preparada, estudamos muito, e através da ação sindical, superamos o discurso técnico pelo compromisso político que impusemos ao governador no período de campanha.

Arrancamos a data-base antes mesmo da equiparação, pois esta atende todos os servidores públicos. Pouco adiantaria chegar à equiparação sem a garantia da data-base. Teríamos nossos salários equiparados, porém achatados sem o reajuste linear. Nesse contexto, não negociamos apenas 25,97% em quatro anos. Negociamos, por ano, aproximadamente, 12%, que ao final de 4 anos corrigirá a injustiça histórica cometida com o magistério em nosso estado.

Nossa tese da equiparação salarial ganha cada vez mais força. Na última semana, ao tomar posse como governador em exercício, o Secretário de Educação, Flávio Arns, e o próprio governador Beto Richa reafirmaram o compromisso da equiparação através de projeto de lei a ser enviado à Assembleia Legislativa em agosto, garantindo os 3% (relativo ao Piso) retroativo a julho.

Outra grande conquista que referenda nosso debate histórico foi o reconhecimento da Lei 11738/08 (a lei do Piso), que garante o reajuste anual, inclui os/as aposentados/as e incorpora na carreira o mínimo de 33% de hora-atividade. Mesmo à espera do Acórdão do Supremo Tribunal Federal, não teremos retrocesso nesse tema. A SEED já tem os estudos de implementação e levará o debate ao governador. Nossa defesa permanece em aplicação imediata.

Nossa reivindicação é extensa. Temos temas a curto, médio e longo prazos. O primeiro semestre foi tomado pela pauta financeira e entendemos que avançamos significativamente. A maioria da nossa pauta depende de recursos financeiros, outros itens são encaminhamentos de decisão burocráticas. Todas são políticas.

Dentre os itens da pauta em relação aos funcionários/as destacamos o avanço na ampliação e posse dos funcionários Agentes I. Ainda temos cerca de seis mil funcionários/as como celetistas. Portanto, um novo concurso público está previsto para 2012. A Comissão que vai ampliar o Plano de Carreira do QFEB acrescentando a graduação para Agente Educacional I e a pós-graduação para Agente Educacional II iniciará os trabalhos.

Nessa pauta também está a possibilidade de uma nova abertura de opção para ingresso no QFEB. A remoção também está garantida. A APP-SINDICATO entregou

documento ao governo sobre a implantação do auxílio-transporte a todos os contratos de regime CLT. Nossos dados demonstraram que falta muito pouco para a implementação a todos/as. Hoje o Estado investe 700 mil em vales transporte e precisaria dobrar esse valor, já que a maioria tornou-se estatutário.

Os concursos públicos serão ampliados. Afastamos por completo o fantasma da terceirização. Temos em vigência somente o concurso público dos professores de 2007 que teve nova ampliação, agora para 11380 vagas, com convocação prevista para 25 de julho. E já temos a previsão de novos concursos tanto de professores/as como para funcionários/as.

A política da formação continuada ainda está em debate. Está explícito a diferença entre as concepções e o método. Nos preocupa muito o que temos observado no portal [diaadiaeducacao](http://diaadiaeducacao.org.br), com as políticas de "parceria" com outros setores, principalmente o terceiro setor, e o que defendemos dos procedimentos pedagógicos na escola, com os profissionais da escola envolvidos no Projeto Político Pedagógico.

Uma outra grande preocupação é em relação à diferença entre ensino profissionalizante e educação profissional e sua expansão. Cobramos, ainda, na última reunião um debate amplo de concepção de escola como de Escola de Tempo Integral. Estamos vigilantes e temos a garantia de continuidade de nossos dois maiores programas de formação: o PDE e o PROFUNCIONÁRIO. Desses não abrimos mão, tanto



de sua expansão como de sua qualidade.

As eleições para a direção das escolas ocorrerá em novembro desse ano. APP voltou a cobrar o cumprimento da lei que estabelece a eleição. A Seed confirmou a realização do pleito. Haverá uma comissão interna para conduzir o processo e encaminhar as orientações necessárias para as escolas.

Praticamente todas as políticas estão passando por consultas públicas. É importante a manifestação aberta, mas entendemos que não atinge o objetivo que é o do debate coletivo na escola. Não pode ser uma consulta de individualidades, o interesse é sempre coletivo. Não pode também sobrepor-se às decisões da categoria, que são suas assembleias representadas pela APP-SINDICATO. Mesmo assim, fizemos um esforço de ampliação dos debates e de divulgação de nossas propostas, e, por fim, em um dos temas centrais, o Porte das Escolas, realizamos um Seminário em Curitiba para a construção de uma proposta unificada da categoria.

Em relação ao método estabelecemos a realização de uma reunião mensal com a presença do Secretário de Educação. Teremos em breve um calendário definido. Ainda temos muitos assuntos pendentes e outros tantos para tratar com esse governo. Cabe-me ressaltar a importância política que a APP tem. Como afirmo em todos os debates, essa importância e respeito foi construída por toda nossa categoria ao longo dos 64 anos de existência da APP. Cabe-nos manter e ampliar. Manter a negociação aliada à luta da categoria sempre presente em todos os chamados.

Estamos já na construção do 30 de Agosto, dia de luta e luto do magistério estadual. A pauta avançará com a demonstração de força e resistência permanentes. Por isso nossa data histórica é também atual, não apenas uma lembrança das lutas, mas uma pauta atualizada com a mesma força de seus 23 anos. Bom debate e bom trabalho a todos e todas!!

*Marlei Fernandes de Carvalho - presidenta da APP-SINDICATO.*

## Não perca!

Amostra itinerante "Dores da Colômbia", do artista plástico Fernando Botero, está em cena no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba. São 67 obras do pintor colombiano, com trabalhos que envolvem pintura à óleo e desenhos do artista, numa temática em que no lugar das bem humoradas figuras humanas, retrata a população colombiana vítima da guerra civil não declarada, que já dura cinquenta anos. Uma violência feita de atentados e assassinatos que vitimam anualmente, milhares de pessoas e cerca de 40 militantes sindicais por ano. (Em 2007, sete dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação da Colômbia foram assassinados). Criadas entre 1999 e 2004, Botero declarou que não queria ganhar dinheiro com a tragédia do seu país, e as obras foram doadas pelo próprio artista ao Museu Nacional da Colômbia. Segundo Botero, que está prestes a completar 80 anos, as obras "refletem um testemunho desse período irracional da história colombiana". Cerca de 400 mil colombianos buscaram refúgio político e vivem hoje na Venezuela. Além dos milhares de "desplazados" dentro do próprio país.

**Visite:** Museu Oscar Niemeyer. Rua Mal Hermes, 999 – Centro – Curitiba - De terça a domingo, das 10h às 18h - venda de ingressos até 17h 30 - R\$4,00 inteira e R\$2,00 estudantes identificados -(crianças de até 12 anos, maiores de 60 e grupos de estudantes de escolas - públicas, do ensino médio e fundamental, pré-agendados não pagam)

# PARABÉNS FUNCIONÁRIOS!!!

No próximo dia 07 de agosto comemoramos o dia do Funcionário de Escola e dois anos de promulgação da Lei 12.014/2009, que foi sancionada pelo presidente Lula no mês de agosto de 2009, que reconhece os funcionários de escola como profissionais da Educação.

A nova Lei é uma homenagem justa aos funcionários de escola, que desenvolvem um trabalho relevante para a Educação. A Lei tem por objetivo dar visibilidade a esse importante segmento, além de buscar a valorização dos profissionais de Educação. Nesse sentido, o 7 de agosto é uma data para comemorar o trabalho de quem muito contribui com a formação dos nossos estudantes.

Por todo o comprometimento destes profissionais com o projeto de uma educação de qualidade, sabemos que temos um longo caminho pela frente que inclui a formação permanente destes trabalhadores, luta pela melhoria de suas condições de trabalho e melhores salários.

A luta é para que a valorização e o reconhecimento se efetive todos os dias.

Parabéns!

*Secretaria Educacional  
APP-Sindicato*



# Política, educação e dirigentes a partir dos escritos de Antonio Gramsci.

Dra. Anita Helena Schlesener<sup>1</sup>

A questão que nos motiva é: pode-se entender a escola como espaço de emancipação política ou a sua tarefa é apenas formar para o trabalho? Essa questão encontra-se implícita na teoria gramsciana, que entende educação como um processo que acontece ao longo da vida. Todo projeto de educação insere-se num projeto mais amplo de sociedade e de formação do homem para o trabalho e para responder aos interesses do poder instituído. A natureza do Estado e o modo como se vivenciam as relações democráticas influenciam a compreensão da gestão da educação e a atividade dos dirigentes.

No caso do Estado moderno, a diversidade de vivências da experiência democrática, assim como a forma de estruturação das relações de trabalho delineiam as possibilidades de educação em qualquer instância do social. A divisão social do trabalho na sociedade capitalista e a hierarquia de poder a ela vinculada, bem como nossa história política com caráter essencialmente autoritário com poucos intervalos de experiência democrática dificultam a construção de um processo de gestão democrática no interior da escola. A compreensão do movimento histórico e das condições de existência na sociedade capitalista contemporânea exige a delimitação clara da tarefa do educador dentro de um projeto político, que pode ser conservador das relações sociais e desigualdades vigentes (conservação da estrutura de poder) ou pode ser criador de novas forças de renovação e reestruturação da sociedade. Para as classes trabalhadoras (e nelas incluem os professores), a educação consiste em formar um homem capaz de desenvolver suas potencialidades e de se unir com outros homens em torno de objetivos comuns.

Partindo do conceito de democracia, acentua-se que este recebeu significações diferentes no curso da história, principalmente se cotejado com as práticas políticas que se evidenciaram na democracia burguesa e na sua contraposição ao sonho de uma democracia operária, objetivo das lutas dos trabalhadores europeus no início do século XX.

O Estado moderno institui-se como aparato burocrático e administrativo para concretizar modo de produção capitalista, ou seja, para legislar e efetivar os objetivos de controle e de incentivo ao processo econômico; no ideário liberal, porém, essa relação não aparece porque o liberalismo defende a neutralidade do Estado e a separação entre economia e política. Junto ao proletariado essas idéias sempre tiveram um papel mistificador e significaram “sacrifício das próprias necessidades, da própria personalidade, da própria combatividade”.<sup>2</sup> Essa concepção do liberalismo que se deduz dos escritos políticos de Gramsci reaparece nos cadernos do cárcere, no sentido de mostrar o quanto a “utopia democrática” não pode se concretizar em uma prática política reduzida à sua formalidade. Esse discurso, entretanto, desmobiliza quando se espera e se acredita participar efetivamente da

democracia burguesa.

Uma questão importante para a compreensão da democracia burguesa na leitura de Gramsci é o modo de efetivação da representação política. É no interior da democracia burguesa e dos fundamentos do capitalismo que o sistema de representação parlamentar é limitado, em decorrência da própria estrutura política no contexto do capitalismo e da separação entre econômico e político. A igualdade que sustenta a representação política é, na realidade, uma utopia, que não se realiza mas alimenta o imaginário social, de modo que se acredita realmente que se está participando de maneira igualitária no processo eleitoral. A base do sistema representativo moderno está na formação da opinião pública e os grupos políticos empenham-se na conquista do consentimento das massas para os seus projetos políticos; estes nunca são completamente explicitados de modo que, depois de eleitos, os candidatos seguem seu caminho sem necessariamente cumprir os compromissos de campanha.

A partir da reflexão sobre os limites dos regimes representativos burgueses explicita-se a noção gramsciana de democracia que, de certo modo, pode ser aproximada da noção grega enquanto um espaço público no qual a prática do debate ocorre com transparência e no qual os homens elaboram, pela expressão de um pensamento livre e aberto, a sua consciência política exercendo, portanto, a sua autonomia que, nesse contexto, não se caracteriza apenas pela autonomia do pensamento individual, mas pela elaboração de uma concepção de mundo coletiva e continuamente reformulada pela prática política. Porque não se pode esquecer que, no contexto do pensamento gramsciano, a individualidade tem grande importância enquanto se forma a partir de uma atividade coletiva que, na medida em que se desenvolve, possibilita que cada um dos que fazem parte desse coletivo também se renove e aprimore continuamente, conquistando sua autonomia de pensamento e ação. Esta experiência foi vivenciada por Gramsci nos Conselhos de Fábrica, entendidos como um movimento organizado no interior das fábricas com uma conformação específica que unia o ato da produção e o exercício da soberania, com a finalidade de desenvolver uma nova concepção de Estado.

Nesse contexto, o projeto de uma nova gestão no contexto do movimento operário italiano social produzia-se como um processo amplo de educação e de difusão do saber, acentuando a necessidade de “intensificar a cultura para aprofundar a consciência crítica”.<sup>3</sup> Esse processo implicava a superação das condições impostas pela ordem burguesa, hierárquica, na qual basta obedecer à lei e à ordem e deixar que as ambições e paixões pessoais dos pequenos grupos ativos decidam os destinos da sociedade. Para tanto, fazia-se necessário criar, já no cotidiano da fábrica, novas relações de trabalho e gestão política, que exigiam, por sua vez, a formação de uma nova prática intelectual.

Para os trabalhadores, o crescimento da própria personalidade

1 Professora do Programa de Mestrado em Educação da UTP.

2 GRAMSCI, Antonio. Tre principi, tre ordine. In: GRAMSCI, Antonio. Scritti giovanili (1914-1918). Torino: Einaudi Editore, 1975, p. 74-75.

3 GRAMSCI, Antonio, Prima Liberi, 31.08.1918, SG, p.301.

aconteciam na vida coletiva experimentada nos conselhos de fábrica, que implicava a superação do individualismo e a criação de novas condições de liberdade, mantendo-se a clara compreensão de que a liberdade para todos é a única garantia das liberdades individuais.<sup>4</sup> Esta tarefa era essencialmente educativa, por meio das instituições criadas pelas próprias classes trabalhadoras, unificando as várias forças existentes nos vários setores da produção em torno de um pensamento orgânico e crítico, o que exigia a renovação interna de suas práticas e a experiência cotidiana de gestão.

Uma das contribuições de Gramsci para o pensamento político foi mostrar a dimensão cultural da política e a dimensão política da educação. Nesse contexto, a democracia para as classes trabalhadoras seria uma realidade nova a construir a partir do conhecimento dos limites das práticas burguesas e da experiência democrática no interior de seus movimentos organizativos, nos quais a prática cotidiana possibilita compreender e desconstruir os processos de conformação social e de dominação. A hegemonia burguesa consolida-se como uma dominação consentida, ou seja, a dominação não aparece como tal quando se difunde uma concepção de mundo que fundamenta um consenso passivo. Por isso são tão importantes na política moderna, os meios de comunicação de massa: na época de Gramsci os políticos disputavam o controle de jornais, como mecanismos de sustentação de sua vida política.

Romper com tais laços de dominação implica uma nova formação cultural, a elaboração de uma nova concepção de mundo por meio da ação no processo de organização política. Estas seriam as bases da formação de um novo consenso ativo e de novas relações de hegemonia que, enquanto processo cultural, político e educativo, se concretizariam em um consenso ativo, formado na experiência de uma nova gestão democrática.

Refletir sobre a dimensão política da educação implica levantar questões como: qual o compromisso do professor (ou dirigente) nesse processo? Como formar o para o crescimento individual e crítico da própria personalidade (de aluno e professor), em um processo de construção social cujas limitações restringem as condições de trabalho? Inicialmente cabe lembrar que não se trata de transpor experiências, visto que a gestão democrática experimentada no movimento operário de 1920 na Itália tinha condições e características específicas tanto da realidade italiana quanto do cotidiano dos operários nas fábricas. Trata-se, sim, de pensar as possibilidades de instaurar uma nova prática educativa num contexto condicionado por uma política neo-liberal que vem, desde a década de 90, degradando o sistema escolar brasileiro à medida que as políticas públicas tentam satisfazer a demanda sem aumentar os recursos para a educação, respondendo aos interesses do capital e da concentração de riquezas. Nesse contexto, a abordagem e a compreensão da teoria gramsciana, mantido o devido distanciamento histórico, pode nos ajudar a pensar novas possibilidades de formação e de crítica, gerados no bojo de atividades educativas contemporâneas. Como superar ou, no caso da sociedade atual, ao menos amenizar a divisão entre dirigentes e dirigidos, criando as condições de interação entre os indivíduos que discutem, participam e se recriam à medida que interagem, discutem e participam?

Ora, no sistema escolar a atuação dos professores é de fundamental importância para a formação política, que se concretiza por meio do acesso ao conhecimento produzido na história e pela compreensão de seu significado no contexto das relações econômicas, sociais e culturais contemporâneas. O exercício autônomo da reflexão apresenta-se como o primeiro passo para a participação efetiva dos cidadãos no contexto social e político, compreendida a direção como processo de debate e decisão, acompanhado pelo desencadeamento de ações que, por sua vez, precisam ser controladas pelos participantes do processo. Referir-

se a um processo contínuo gerador de uma nova experiência de gestão política, que nasce da consciência crítica elaborada na ação e no debate, significa interrogar-se sobre as efetivas práticas de democracia num país cuja história política tem sido marcada pelo domínio de grupos tradicionais que defendem interesses econômicos específicos e cuja maioria popular tem sido sistematicamente excluída do processo decisório.

Como gerar uma nova experiência em situação na qual a democracia reduz-se ao voto periódico, sem mecanismos de controle da representatividade e com uma população trabalhadora ainda, em grande parte, sofrendo os limites do analfabetismo? Entretanto, atribui-se um papel emancipador ao sistema escolar e a legislação, na sua ambigüidade, abre espaços de construção de novas relações no interior da escola. Esse continua sendo o grande desafio que precisamos enfrentar.

Resta esclarecer que o exercício da democracia, em qualquer situação, é também um processo de aprendizado que pode tanto consolidar relações estabelecidas quanto criar as condições de construção de uma nova realidade a partir das práticas que se exercitam. A leitura de Gramsci nos mostra que o exercício da hegemonia se realiza como domínio e direção, havendo sempre a possibilidade de criar, no processo político em curso, formas de resistência que possibilitem, a médio prazo, alterar as condições de prática política e educativa; tudo depende de como a sociedade civil se organiza para conquistar direitos e modificar situações. A hegemonia produz-se como tensão de forças e a organização política ou a formação crítica possibilitam iniciar um processo de mudanças, que depende da pressão das forças em luta.

No contexto da política neo-liberal o desconhecimento do processo de formação das políticas públicas e até dos direitos mais elementares do cidadão levam a uma conformidade com o instituído e a uma tendência a restringir-se aos limites da lei. O elevado grau de consenso em torno da lei ocorre precisamente pela ausência de um debate e de uma formação crítica que possibilite ao cidadão situar-se passivamente no interior da ordem proposta. A hegemonia enquanto formação de um consenso passivo assumiria uma outra dinâmica a partir da organização interna da sociedade civil nas várias instituições que a constituem e possibilitariam um processo de formação crítica e a participação efetiva dos cidadãos nas questões políticas.

Seguindo essa reflexão, se a legislação apresenta certa ambigüidade na sua formulação e as práticas sempre podem inovar, a gestão democrática nas escolas públicas, tomando em conta todas as limitações e precariedades que envolvem hoje o trabalho do professor, poderia ainda assim renovar-se a partir da atuação dos próprios professores, mas também do empenho da comunidade em criar uma nova prática de participação efetiva e permanente no processo de gestão escolar. Porque os problemas que hoje enfrenta a escola em grande parte não são problemas seus, mas problemas sociais que são trazidos para o seu interior; a escola tem a tarefa de trazer a comunidade para discutir seus problemas e participar efetivamente do processo educativo. A possibilidade de um novo processo de gestão estaria nas mãos de todos os participantes e envolvidos nas atividades educativas, isto é, professores, alunos, pais e comunidade, que precisariam estar dispostos a organizar-se nesse sentido.

Faz-se necessário esclarecer que uma nova prática de gestão escolar insere-se no conjunto das relações sociais e políticas, de modo que a comunidade reivindica quando tem consciência de seus direitos e tem consciência crítica quando tem condições políticas de manifestação e participação. Trata-se de um círculo vicioso que deve ser rompido em algum momento. A ação de professores dirigentes nas escolas públicas pode ser o primeiro momento de um processo mais amplo de renovação

das relações sociais e de elaboração de uma consciência crítica que possibilite renovar as relações políticas e instaurar uma nova vivência da democracia. Aos professores cabe a importante tarefa de, enquanto gestores, abrir a senda de um processo que, tomando proporções sociais, pode tornar-se irreversível.

Pretende-se aqui salientar a importância da tarefa educativa no interior do sistema escolar e, nele, a importância do professor enquanto dirigente que tem consciência que seu trabalho não se reduz em concentrar o poder, mas em compartilhá-lo e que seu trabalho se concretiza precisamente quando cria as condições de ampliação da participação política da comunidade.

Para concluir, entendendo-se que a educação processa-se ao longo da vida, percebe-se que a escola possui uma função no conjunto das relações sociais e que, portanto, a tarefa educativa que lhe cabe precisa ser executada com o apoio dos grupos sociais que formam o seu público, o qual precisa ser envolvido num processo de interação. Produzir novas experiências que possibilitem a efetiva participação e organização das massas pode ser um objetivo do sistema escolar, a partir do trabalho de seus docentes e da formação de conselhos escolares com uma estrutura interna que consiga trazer a comunidade para discutir os problemas e criar conjuntamente soluções; por meio dessa prática, a formação crítica torna-se um processo contínuo.

A efetivação dessa tarefa se faz pela atuação dos intelectuais, entendidos no sentido gramsciano, ou seja, todos aqueles que exercem uma função na consolidação (ou de questionamento) da hegemonia. No sistema escolar, os professores enquanto dirigentes exercem a função principal. Cabe a eles interagir com os educandos e com a comunidade, no sentido de criar as condições de participação política efetiva. A escola tem a tarefa específica de formar para o trabalho e de dar acesso ao saber historicamente construído, enfrentando as contradições sociais que dificultam sua prática, mas também contribuindo para superar tais contradições.

Formar o homem para o processo de produção significa formar para a inserção no modo de produção capitalista; formar para a vida política consciente significa ensinar a questionar tal inserção e criar as condições de uma nova atividade livre dos sujeitos; trata-se de um desafio da maior extensão e importância porque permeado de paradoxos e que exige uma grande preparação do professor gestor e um grande empenho em nadar contra a corrente, num momento em que se consolidam as sociedades neo-liberais.

## Referências Bibliográficas

- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del Carcere (Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana). Torino: Einaudi Editore, 1977, 2a. ed.
- \_\_\_\_\_. Scritti Giovanili. Torino: Einaudi, 1975.
- \_\_\_\_\_. L'Ordine Nuovo. Torino: Einaudi, 1978.
- LOSURDO, Domenico, Antonio Gramsci: dal liberalismo al "comunismo critico". Roma: Gamberetti, 1997.
- NATOLI, Claudio (Org.) Marxismo e Liberalismo: Una riflessione critica di fine secolo. Milano: Franco Angeli, 1995.
- SCHLESNER, Anita Helena, Hegemonia e Cultura: Gramsci. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.
- \_\_\_\_\_. Revolução e Cultura em Gramsci. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- \_\_\_\_\_. Antonio Gramsci e a política italiana. Pensamento, polêmicas, interpretação. Curitiba: UTP, 2005.
- VV. AA. Revolución y democracia en Gramsci. Barcelona: Fontamara, 1981.

## A CULPA É DO FIDEL

(La Faute à Fidel)

Direção: Julie Gavras  
França - 2006  
99 minutos



"A culpa é do Fidel" é um filme provocativo, sobretudo, com os estereótipos e as desinformações sobre o socialismo cubano, a solidariedade, a justiça social. A trama se desenrola no ano de 1970, período do auge das ditaduras latinoamericanas, e em plena ditadura de Franco, na Espanha. Anna de la Mesa (Nina Kervel-Bey) tem 9 anos, mora em Paris e leva uma vida regrada e tranquila, dividida entre a escola católica e o entorno familiar. Mas a prisão e morte do seu tio espanhol, um comunista convicto, afeta a família.

Ao voltar de uma viagem ao Chile, logo após a eleição de Salvador Allende, os pais de Anna estão diferentes e a vida familiar muda por completo: seus pais passam a ter engajamento político, mudam para um apartamento menor. Anna e o irmão, François, vivem trocas constantes de babás e passam a conviver com visitas inesperadas de amigos estranhos e "barbudos". Aos nove anos, Anna interpreta essa realidade com o mesmo senso comum da sociedade e resiste às mudanças em sua vida. Aos poucos, porém, realiza uma nova compreensão do mundo.

"Descobre" que seus pais estão andando com "los barbudos", os vermelhos. Observa que além de Fidel Castro estar deixando todos loucos, ele quase causou uma guerra nuclear e está transformando seus pais em comunistas. Anna logo conclui que, então, "a culpa é do Fidel". Essa era a informação recebida da babá, que interpreta a revolução cubana a partir de seus referenciais.

A partir do engajamento dos pais, ela "aprende" também que os comunistas são estudantes, trabalhadores, pessoas comuns, cuja maioria é pobre. Mas a relação com os avós, família da alta burguesia, confronta esses dois mundos e ela se pergunta: O que eles querem? O mundo da avó lhe responde: Tudo. Nossas casas, terras, roupas, dinheiro, brinquedos. Por quê? Porque não gostam de nós. François, seu pequeno irmão, lembra que Papai Noel é barbudo e vermelho. Seria ele um comunista a favor de uma guerra nuclear? Todas essas interpretações são feitas a partir de uma leitura de mundo em princípio linear, literal.

O título forte, ao mesmo tempo em que chama a atenção, desvia o olhar da verdadeira essência do longa-metragem francês que, inteligente e sensível, trata de relações familiares e, fundamentalmente, de autoconhecimento, amadurecimento e crescimento.

Janeslei Aparecida Albuquerque  
Professora de Língua Portuguesa e Mestre em  
Educação – UFPR  
Secretária Educacional da APP

# Democracia e Educação: entre o dito e o feito

Janeslei Aparecida Albuquerque<sup>1</sup>

Mais que nunca se colocam para nós os desafios de construir a escola pública que queremos, em consonância com a pergunta sobre a sociedade e o mundo que queremos. Começamos por indagar-nos: é esse o mundo que a gente quer? Se não é, começamos por questionar-lhe os fundamentos, como aqueles sobre os quais se funda e se constrói nossa casa. A casa que queremos determina a sua “fundação”. A sociedade que queremos orienta e determina a educação que fazemos e sobre a qual é uma exigência pensarmos criticamente.

Há alguns anos a APP-Sindicato realizou uma Conferência Estadual que tinha como tema “A Escola como território de luta”: de concepções não só de educação, mas também de sociedade, de relações, de projetos de poder. De formas de ver o mundo, o/a estudante, ou o “aluno”, um “sem-luz” ainda para muitas concepções de educação.

Miguel Arroyo em seu último livro, que traz o sugestivo título de “Currículo, território em disputa”, retoma a pauta que nos colocamos naquela conferência. E reflete na centralidade que o currículo assumiu nas últimas décadas. Nunca se fizeram tantas diretrizes e tantas normatizações sobre o currículo. Isso só nos alerta para os tensionamentos cada vez maiores que perpassam nossa dinâmica escolar pois

A produção e apropriação do conhecimento sempre entrou nas disputas das relações sociais e políticas de dominação-subordinação. Em nossa formação histórica a apropriação-negação do conhecimento agiu e age como demarcação-reconhecimento ou segregação da diversidade de coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, campo, periferias. Não apenas foi negado e dificultado seu acesso ao conhecimento produzido, mas foram despojados de seus conhecimentos, culturas, modos de pensar-se e de pensar o mundo e a história. Foram decretados inexistentes, à margem da história intelectual e cultural da humanidade. (ARROYO, 2011:14)

Ao se estabelecerem novas diretrizes curriculares nacionais e estadual, as reações não se fizeram esperar. A escola que queremos está sempre em disputa pela escola que nos querem oferecer. Sendo que durante muito tempo, séculos, o grande projeto das elites brasileiras foi unitário e muito explícito: não educar o povo. E quando essa educação começa a ser oferecida, é precarizada, esvaziada de conteúdo, aligeirada.

Os discursos da meritocracia buscam dissimular a exclusão e apontar o excluído como culpado pela sua condição, quando essa é gerada pelo seu lugar na luta de classes do capitalismo. Lutar por educação pública de qualidade é contrapor-se a que se ofereça para os filhos dos pobres, uma

educação pobre. Por isso a luta em defesa da escola pública é tão importante.

Uma educação instrumental institui o reducionismo da formação “profissionalizante”, pois é disso que pobre precisa: trabalhar. Produzir sem refletir sobre os sentidos da sua ação. Contrapõe-se a reflexão filosófica sobre o mundo do trabalho, expressa, por exemplo, na proposta de ensino médio integrado.

Esse discurso de viés moralizante é ideológico e tem classe: na origem e no destino. É o discurso dos ricos contra os pobres. Dos que enriquecem com o empobrecimento de milhões e precisam de justificativas para sustentar uma situação perversa de desigualdade. É um mito, e, como todos os mitos, segundo Tucci Carneiro, “existe para dar coerência a um mundo repleto de injustiças”. Políticas e discursos que estão na base do pensamento liberal

Quando os liberais falam em redução da idade penal para a juventude, e redução da idade para ingresso no mundo do trabalho, não estão falando dos filhos da burguesia, seus próprios filhos. Esse discurso é facilmente identificável política, histórica e ideologicamente.

Quando estas crianças tiverem quatro anos, serão enviadas a uma casa de trabalho rural e, ali, ensinadas a ler a duas horas ao dia e mantidas plenamente ocupadas o resto do seu tempo em qualquer das manufaturas da casa (...). É de considerável utilidade que estejam, de um modo ou outro, constantemente ocupadas ao menos doze horas ao dia, quer ganhem a vida ou não; pois, por este meio, esperamos que a geração que está crescendo estará tão habituada à ocupação constante que, em geral, lhe será agradável e divertida [...] (FURNISS, 1965, p. 115, apud ENGUITA, 1989, p. 109).

O problema é quando nós, trabalhadores, e trabalhadores da educação pública, incorporamos e reproduzimos essa ideologia. Que serve à justificação das desigualdades e que reproduz, naturalizando, a construção histórica da dominação. Ao mesmo tempo em que conhecemos, segundo KOSIK (1976), não podemos desprezar a forma como o conhecimento se constitui.

A burguesia produz um discurso em que o conhecimento é ahistórico e neutro. No entanto, vemos empreendimentos como a fundação Bravo Murillo, Espanha, que, na atualidade exibe uma chamada em seu portal<sup>2</sup> onde se lê “Formamos aos que tomam as decisões”. Bravo Murillo é um político que viveu no século XIX, expoente do pensamento conservador, reacionário, que dizia o seguinte sobre a educação do povo: “Não precisamos de homens que pensem, mas de bois que trabalhem”. Essa instituição e o fim a que se destina, mostra uma continuidade histórica e ideológica com os pressupostos liberais.

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa do Colégio Estadual do Paraná e Secretária Educacional da APP-Sindicato, Especialista em literatura e Mestre em Educação.

<sup>2</sup> <http://www.bravomurillo.org/index.php>

A ideologia liberal produz a ideia de que todos podem ser os primeiros. E o faz para que todos se esforcem para tal mesmo sabendo de antemão que não há lugar para todos. É a lógica instituída nos vestibulares eliminatórios criado pelo regime militar na ditadura. Para ocultar os acordos MEC-USAID nos quais o governo se comprometia a não expandir o ensino superior público.

Criou-se um mecanismo perverso que responsabiliza os adolescentes e jovens por não conseguirem uma vaga na universidade pública. E ao invés de todos os jovens se unirem na exigência de mais vagas, passam a olhar uns para os outros como o inimigo a ser vencido na luta por um lugar na universidade. E ao mesmo tempo se calaram as vozes e a organização estudantil com o fechamento da UNE.

Fazendo os jovens acreditar que não são os primeiros colocados e por isso estão fora, e a tantos outros que não são os primeiros porque tem uma incapacidade inata, a escola forma perdedores. E assim se justificam a exclusão e a interrupção dos estudos de milhões de crianças e jovens de nosso país.

Nesse mesmo movimento, os que chegam nos primeiros lugares passam a acreditar-se superiores, com mais merecimento que os demais. Essa competição desigual produz derrotados e frustrados sem esperança por um lado, e, por outro, o individualismo exacerbado pela competição produz sujeito egoístas que se acham merecedores de privilégios em detrimento do direito de todos.

A lógica competitiva cria sujeitos violentos, e dentro dessa lógica a ordem é derrotar os demais para chegar em primeiro lugar. Nesse sentido, esse mundo não é um mundo para todos e a função da educação então passa a ser formar perdedores. Milhares competem, e só alguns cruzam a linha de chegada. O que o sistema diz para os demais? "A culpa é sua que não se esforçou o bastante".

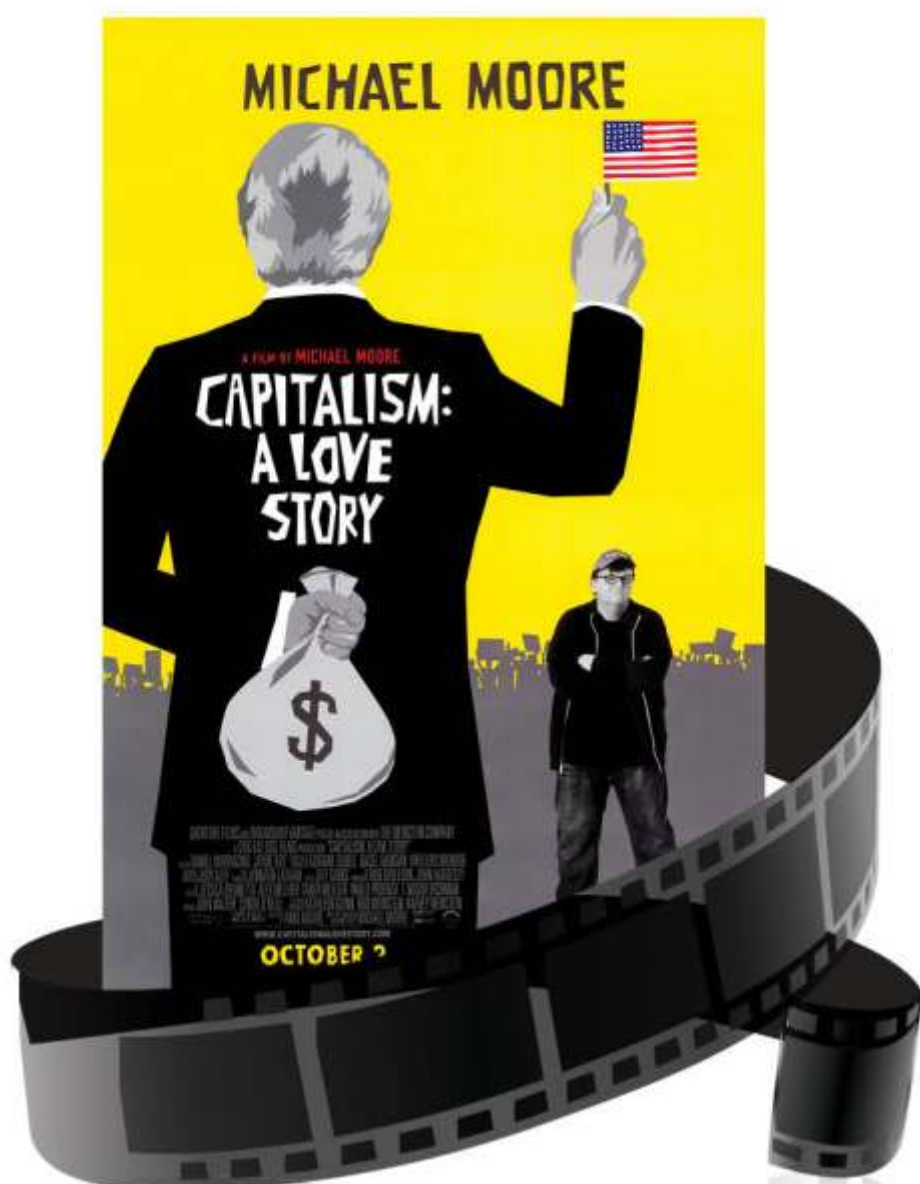
A tarefa fundamental da educação é que cada geração seja mais humana que a anterior. Será que é isso que estamos construindo? Relações solidárias e cooperativas nas práticas escolares? A realidade não está dada nem está visível. Segundo Marx, "se a realidade fosse visível, não seria necessária a ciência".

Por isso estudamos, pesquisamos: para compreender a realidade, que está sempre em movimento. Para entender que as aparências do real são tremendamente ideológicas, e vemos tanta gente repetir mecanicamente "pobreza sempre existiu", "isso sempre foi assim" e tantas outras frases repetidas sem reflexão crítica.

Segundo Paulo Freire, libertação é também superar uma ética da colonização, é humanizar. E humanizar para Freire é superar a contradição social. O conhecimento científico e sistematizado que a escola trabalha, deve estar a serviço da humanização do sujeito e da sociedade.

Conhecer não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Implica em invenção ou reinvenção.

Portanto, aprender não é um ato de passividade ou obediência, mas de ação e reflexão de sujeitos em relação de ensino e aprendizagem. A partir de um referencial teórico que fundamenta a construção desse conhecimento. Em geral, quando se omitem os referenciais, é porque a construção não é a da casa que a gente quer.



Há uma recorrente apropriação, pelos liberais, de expressões e conceitos do campo da esquerda, para em seguida esvaziá-los de seu sentido histórico original e transformá-lo em outra coisa. Um exemplo ainda presente na nossa memória, foi apropriação pelo neoliberalismo, da nossa luta por qualidade no ensino público, que foi ressignificado por "qualidade total".

Em artigo recente na Folha de São Paulo, Aécio Neves começa a tecer críticas a democracia representativa e a defender a democracia participativa.

O problema é a forma como ele apresenta essa participação: não se trata de participação direta como nós do campo da esquerda defendemos, e sim, de uma participação virtual, online, via redes sociais. Isso não é democracia e muito menos participação. Pode ser um instrumento mas não substitui as conferências, congressos, conselhos. Avançar no conceito é tornar essas instâncias deliberativas, não apenas consultivas. Quem ler, de forma distraída, o que Aécio escreve vai pensar que ele mudou de posição e de lugar na sociedade de classes.

O mesmo dizemos dos conceitos de pesquisa e de avaliação. Uma avaliação qualitativa não prescinde dos sujeitos envolvidos nessa tarefa

e pressupõe, segundo um estudo de Hartmut Günther<sup>3</sup>, a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições "objetivas"<sup>4</sup> de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa<sup>5</sup>.

Nesses tempos em que vivemos, o referencial teórico deve ser aprofundado e os conceitos afirmados e consolidados, sob pena de chamarmos fragmentação de democratização e concentração de poder de capacidade técnica. Não há possibilidade de se fazer educação de qualidade se os sujeitos que a constroem cotidianamente não forem considerados nas formulações das políticas.

Vivemos um tempo em que o centro do poder de decisão estava concentrado e a escola era tratada como o lugar da execução das tarefas que os "técnicos" haviam formulado. Na educação, atividade intelectual e política, o poder de decisão e de gestão, tem que ser construído desde a sala de aula. Numa perspectiva democrática, a construção coletiva exige a participação ativa e presencial de todos: mães e pais, estudantes, professores/as e funcionários/as.

Faz parte de uma forma de ideologia olhar pra frente esquecendo de olhar para trás, e não existe revolução sem olhar para trás, sob o risco de se cometer os mesmos erros. Refletir sobre as contradições sociais é mais complexo, e Paulo Freire nos ajuda a compreender que na percepção de um fato está incutida a percepção de suas relações com os outros.

A educação pode produzir consciência crítica, afinal, ser educador é trabalhar para que essa geração seja mais humana que a anterior. E se queremos uma educação emancipatória e humanizadora, temos que fazer a crítica dos pressupostos que nos são apresentados como inelutáveis. Temos que desmitificar os problemas sociais, desnaturalizar a desigualdade. Se nossa perspectiva é ética, humanizar é superar a contradição social.

Humanizar é compreender que toda a normatização do currículo revela estreita relação entre currículo e trabalho docente. É um território de luta, porque avançar da curiosidade ingênua para uma curiosidade epistemológica produz o conhecimento político que passa a problematizar as visões fatalistas de mundo.

Compreender que todas as nossas ações são ações políticas. Que educar os filhos dos trabalhadores é educar para a participação política. Num horizonte gramsciano, educar para a liberdade coletiva e individual, para desenvolver a capacidade de criação, intelectual e prática. Para que todo cidadão, se desejar, possa tornar-se dirigente.

## Referências:

- ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ENGUITA, Mariano F. A Face Oculta da Escola: educação para o trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- FREIRE, Paulo. A pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. A pedagogia da autonomia. Versão digitalizada, 2002.
- Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210

# CAPITALISMO: UMA HISTÓRIA DE AMOR

(Capitalism: a love history)

Direção: Michael Moore  
EUA - 2009 - 120 minutos



Desde Roger & Me, seu primeiro filme produzido em 1989, Michael Moore deixou clara a sua posição política perante a soberania estadunidense no capitalismo. Ao narrar as tentativas para conversar com Roger Smith, presidente da General Motors, que empregava os habitantes da sua cidade natal – Flint –, Moore já apresentava a irreverência, ironia e formato narrativo que mistura documentário e ficção e que acompanharia toda a sua filmografia.

Após Tiros em Columbine (2002, Oscar de melhor documentário) e Fahrenheit 11 de setembro (2004, melhor filme em Cannes), Capitalismo: uma história de amor demonstra, nos moldes marxistas, a estrutura e a forma de ação deste modo de produção, a partir da crise financeira iniciada nos Estados Unidos em 2008.

Procurando responder quais foram as razões para o colapso do mercado imobiliário e, em consequência, financeiro do país, Moore toma como eixo condutor as expropriações de casas por parte dos bancos obrigados a executar hipotecas de moradores incapazes de arcar com suas despesas residenciais.

O capitalismo está sujeito às crises e elas inevitavelmente ocorrem de tempos em tempos. Porém essa última teve seu início ainda no governo Clinton, na metade dos anos 90. Tal crise consistiu em forçar o mercado a financiar imóveis, o que geraria empregos na construção civil e maior acesso à posse destes bens por parte dos menos favorecidos. Isso criou uma bolha no mercado imobiliário americano, já que a oferta era maior que a procura, o que gerou um movimento inverso: o preço dos imóveis despencou e estes passaram a valer menos da metade do que valiam quando foram financiados. Aí está a contradição: uma ação que visava o emprego e a moradia gerou o seu contrário.

Com esse mote, o filme intercala entrevistas reais com as vítimas, com performances ousadas do diretor, que vão de constrangimentos a representantes bancários e autoridades à demarcação de quarteirões de Wall Street com uma fita amarela, de uso da polícia, na qual se lê "Cena do crime. Não ultrapasse".

Questionar a cultura liberal americana do american way of life, que acredita na possibilidade de conseguir casa, carro e estabilidade financeira simplesmente porque trabalha e se esforça ao máximo, é um dos méritos do filme. Michael Moore esfacela essa visão, mostrando como a população caiu em descrença, adotando a boa e velha organização coletiva e um bem-vindo protesto.

Giselle Christina Corrêa  
Mestre em Educação – UFPR

3 Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, DF, Brasil 70910-000.

4 Psicologia: Teoria e Pesquisa, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, p.2

# Política Educacional e Justiça Social

Juliana Costa Barbosa<sup>1</sup>

A formação para a cidadania tem permeado toda a discussão a respeito da qualidade da educação no nosso país. Entretanto, imaginar que apenas a educação escolar – tal como se configura hoje – possa dar conta desta tarefa, é uma visão ingênua e reducionista de todo o processo de constituição da sociedade brasileira.

O papel essencial da escola é a socialização de conhecimento que não deve ser realizada de forma mecânica, mas que leve à apreensão da capacidade de estabelecer um pensamento crítico e de questionamento. Por exemplo: Não basta apenas transmitirmos o fato histórico do “descobrimento” do Brasil, é fomentar o questionamento sobre quem eram as pessoas comuns que não aparecem na história iconográfica e que pontos de vistas distintos todos os envolvidos possam ter assumidos naquela situação. Estas provocações contextuais na socialização do conhecimento é que possibilitam e motivam às sínteses produzidas historicamente e a possibilidade do reconhecimento da ação humana enquanto constituidora de história.

A formação de um sujeito crítico<sup>2</sup> está ligada não só a questão escolar em seu sentido estrito, mas também pela conquista e reconhecimento de direitos sociais e pela implementação de políticas educacionais que favoreçam o cumprimento da justiça social.

Para isso, primeiramente é preciso que o homem seja compreendido para além de um ser individual. É preciso que seja compreendido dentro de um conceito de homem que possui no trabalho, em seu sentido ontológico, sua própria extensão e dimensão coletiva.

O ser humano deve ser visto como alguém que vive para – nas palavras de Marx – “iluminar sua riqueza interior”. Para Marx, o homem e a mulher formam seus próprios sentidos, sua sensibilidade, e suas relações sociais num processo dialético: na interação com a natureza (no trabalho) e com o outro (na comunicação), num processo integral e universal. Nesta perspectiva, certamente, trabalho em si não produz a humanização da sensibilidade humana, mas o homem constitui as formas da sociedade [ele é sujeito histórico]. [...] Este trabalho é eternamente vinculado à necessidade, à organização instrumental da cooperação dos homens, embora seja ao mesmo tempo, para os homens associados no capitalismo, a causa social da sua submissão à produção alienante: o reino do capital. (MARKS, idem, p.198)

Com base nisto, podemos dizer que a justiça social perpassa pelo cumprimento do atendimento da necessidade de estender às pessoas a condição de ser humanizado. Em outras palavras, a justiça social acontece quando há efetividade do atendimento das necessidades de todas e todos.

No entanto, Marx nos faz lembrar que o desenvolvimento do mundo ainda não

*foi até aqui concebido com relação à natureza humana, mas, só sob um ponto de vista utilitário superficial, desde que na situação de alienação*

*só era viável conceber faculdades humanas sob a forma da existência humana em geral, abstrata [...], como política, arte, literatura, etc. (Marx, 1983, p.122)*

Neste sentido indagamos: se na sociedade atual o ser humano está ligado a propriedade, quantos estão expropriados de si mesmos? A emancipação humana perpassava por um projeto de educação que hoje constitui-se num direito fundamental de natureza social, mas que ainda não se constitui como um direito pleno de fato principalmente quando abordamos a questão da qualidade do ensino. Por isso, destacamos a importância dos processos que constituem a formulação e implementação das políticas educacionais como ferramentas para o cumprimento da justiça social a partir de seu viés pedagógico.

Consideremos a afirmação de Bobbio (1992, p.79-80), de que “a figura do direito tem como correlato a figura da obrigação.” Em outras palavras, a partir do momento que o sujeito possui um direito o Estado automaticamente torna-se obrigado na garantia do seu cumprimento. E é aí que reside uma grande parte das dificuldades de efetivação do direito, tendo em vista a “inegável [...] dificuldade de, diante da desigualdade social, instaurar um regime em que a igualdade política aconteça no sentido de diminuir as discriminações.” (Cury, 2002, p. 247).

Essa afirmação vem ao encontro do fato de que apenas o mero reconhecimento do direito não faz com que ele seja efetivo, e que é necessário, mais do que a luta em fazer constar as reivindicações da sociedade organizada na inscrição de uma lei<sup>3</sup>, para que haja efetividade do direito adquirido. É preciso que saibamos reconhecer o que uma determinada política educacional carrega consigo, tal como sugere Duarte (2007) analisar:

a) da compreensão de sua natureza jurídica (são verdadeiros direitos ou meros programas de ação sem caráter vinculante para os poderes públicos?); b) da determinação de seus titulares (são apenas os indivíduos singularmente considerados ou também grupos e coletividades indeterminadas de pessoas?); c) do delineamento de seu objetivo (abrange apenas uma vaga do ensino fundamental ou o direito à realização de políticas públicas?). (DUARTE, 2007, p. 693).

E se podemos construir um consenso de que:

*No Estado social de direito, é a elaboração e a implementação de políticas públicas – objeto por excelência da atividade estatal, o que pressupõe a reorganização dos poderes em torno da função planejadora, tendo em vista a coordenação de suas funções para a criação de sistemas públicos de saúde, educação, previdência social, etc. (DUARTE, 2007, p. 694)*

Tendo esses pontos como premissa dos processos que envolvem a constituição da política educacional, citamos ainda mais duas dimensões importantes, dentro desta perspectiva, para a formação integral do sujeito. A primeira dimensão é a construção/consolidação de um Estado democrático.

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestranda em Educação pela UFPR, Pesquisadora do NuPE – Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação e Assessora Educacional da APP-Sindicato.

<sup>2</sup> Sujeito crítico aqui é concebido como aquele capaz não só de observar as contradições na composição da sociedade, mas também como aquele sujeito que consegue a partir do reconhecimento da realidade agir sobre ela de forma consciente.

<sup>3</sup> Aqui a importância da lei não é identificada e reconhecida como um instrumento linear ou mecânico da realização dos direitos sociais [...] nela sempre reside uma dimensão de luta. Luta por inscrições mais democráticas, por efetivações mais realistas, contra descaracterizações mutiladoras, por sonhos de justiça. (CURY, 2002, p. 247). Ou, por outro lado, de manutenção de poder nas mãos de quem não se preocupa com esse tipo de desenvolvimento social.

Mesmo que tenhamos um longo percurso para que a estrutura e o funcionamento da nossa sociedade se constitua de processos radicalmente democráticos.

O que observamos, ainda hoje, são tentativas isoladas em algumas organizações, advindas essencialmente dos movimentos sociais, que se configuram enquanto germes de organização coletiva da sociedade, mas que sofre de não totalidade se do ponto de vista dos problemas cotidianos gerados pela forma com que se estrutura o modo de produção capitalista, principalmente das formas de controle da subjetividade humana<sup>4</sup>.

Por outro lado, a exemplo das consultas públicas que vêm seguidamente sendo postas no site da SEED-PR, o que se vê é uma pseudo democracia, pois se cria a aparência de democracia a partir da abrangência implícita numa ferramenta que é a internet e que dá direito a todos à resposta, mas que também possui um caráter estritamente individualista, com limites inclusive de caracteres a serem digitados, e/ou com perguntas fechadas que não exigem reflexão e principalmente por não incluírem o principal da democracia que é o seu caráter coletivo.

E mais, acreditamos sermos muito democráticos quando fazemos valer nosso voto a cada dois anos, mas não temos por hábito e disciplina de acompanhar o desempenho de nossos candidatos, nos comprometer na composição de algum conselho de controle social ou até mesmo quando somos convocados para fazer parte de alguma mobilização ou greve. Quanto mais, acompanharmos de perto a tramitação e a formulação das leis que regem a nossa sociedade. "Deixe isso para os militantes!" Dirão alguns.

Agir democraticamente é mais que isto, é estar disposto não só a ouvir a crítica sem nenhuma garantia de que os diferentes posicionamento serão tomados em conta, mas dispor-se também ao debate, a análise do contraditório, ao estudo.

Assim, uma segunda dimensão da luta política está na constituição de um caráter pedagógico que a discussão dos direitos educacionais gera. Ou seja, quanto mais pessoas interessadas e envolvidas com atividades de natureza política<sup>5</sup>, na perspectiva do estudo e do debate, que põem em evidência as contradições e a partir delas emergem também as possibilidades de uma ação emancipatória, mais democrático tornam-se de fato o Estado e a possibilidade concreta do controle social em todo o processo de constituição da política.

Por isso, a simples constituição de mecanismos de gestão democrática, tal como: os conselhos escolares, assembleias ou a rotatividade de grupos gestores, não são garantias de gestão escolar ou de sistemas mais democráticos. É preciso construir sobre o ponto de vista ideológico a formação integral do sujeito. O que garante a participação efetiva de todos está intimamente relacionado aos interesses e ao compromisso de cada indivíduo, que por sua vez são despertados a partir de uma necessidade reconhecida, necessidade esta que deve ser instigada pelo coletivo, por uma hegemonia em construção, numa ação educacional emancipadora.

O trabalho é complexo: O sujeito reconhece necessidade de luta quando primeiramente conhece, ou seja, quando isso é lhe transmitido. Mas isto não é o bastante. É preciso também que perceba que não deve ser passivo e que dispõe de mecanismos de resistência e proposição. Ou seja, quando isto é lhe transmitido de forma questionadora, quando o direito à educação é efetivado, e quando oportunidades efetivamente democráticas lhe são colocadas.

Lutamos para um dia alcançar este patamar de qualidade, ter uma escola emancipadora e por meio dela contribuir com a justiça social. Isto é o que está no nosso horizonte. Este é nosso projeto!

4 Na série de obras intituladas: Economia Política do Poder, especificamente no volume 3, Faria (2004) aborda sob o conceito de "sequestro da subjetividade", as práticas de controle nas organizações. Esta tese, embasa o trabalho de Lize H. Ferreira (2006) sobre como estas práticas de controle se manifestam na gestão escolar no período de 1995 a 2002.

5 No Brasil, os movimentos sindicais e movimentos sociais constituem hoje o espaço de maior amplitude de discussões desta natureza.



## Referências Bibliográficas

BOBBIO, N. A Era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: Cadernos de Pesquisa, n.116, p.245-262, julho/2002

DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. In: Educ. Soc., Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p.691-713, out, 2007.

FARIA, J. H. Economia política do poder: as práticas de controle nas organizações. Curitiba: Juruá, 2004, Vol.3

FERREIRA, L. H. Os mecanismos de controle da organização capitalista contemporânea na gestão escolar pública paranaense (1995-2002). Dissertação de Mestrado em Educação, UFPR, 2006

MARKERT, W. Trabalho e comunicação: reflexões sobre um conceito dialético de competência. In: Educação e Sociedade, ano XXIII, n° 79, Agosto, 2002, p.189-211

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: Fromm, E. (Org.), Conceito marxista do homem, Rio de Janeiro: Zahar, 1983

## FILHOS DO PARAÍSO

(Bacheha-Ye Aseman)

Direção: Majid Majidi  
Irã - 1997 - 88 minutos

É a comovente história de dois irmãos, Ali, que tem 9 anos e Zahra, dois anos mais nova, que moram em uma casa de apenas um cômodo no subúrbio de uma cidade iraniana. A cena inicial mostra o irmão esperando o conserto do sapato da irmã. Depois ele passa na quitanda, para comprar batatas, e deixa a sacola com o sapato perto das caixas de legume. O dono da quitanda reclama que a família de Ali está devendo. Nesse meio tempo, passa um homem que recolhe o lixo reciclável, e por engano, leva o sapato de Zahra. Ali procura no local onde deixou a sacola, mas não o encontra. Muito triste, volta para casa. Vê o senhorio reclamando com a mãe da falta de pagamento do aluguel e do consumo de água - a mãe lava roupa para fora. A irmã espera Ali, perguntando se ficou bom o sapato. Ele conta o que aconteceu. Naquela noite, o pai e a mãe discutem. A mãe tem um problema de saúde que exige uma cirurgia. Mas falta dinheiro para isso.

Ali, com medo de represálias, decide não contar aos pais que perdeu os sapatos da irmã. Mas há um porém. A irmã só tinha aquele sapato. E ele tem apenas um velho tênis.

Para os nossos sentidos, habituados aos filmes ocidentais, "Filhos do Paraíso" causa certa estranheza. Mas o filme encanta pela sutileza ao descrever a amizade entre os dois irmãos e, também por nos lembrar, sem moralismos, do cuidado que temos que ter com as crianças.

Além disso, para os educadores assistir ao filme possibilita conhecer um pouco da vida e da cultura do povo iraniano, bem como ver o papel importante que a escola desempenha na vida dos pequenos Ali e Zahra.

A família deles vive numa situação de pobreza e vulnerabilidade social. No entanto, os pais e as próprias crianças não perdem a esperança e têm claro que a educação lhes garantirá um futuro melhor.

Como afirmou a respeito do filme o diretor Majid Majidi:

"Em toda sociedade, existe sempre o problema de 'ter' ou 'não ter', o que cria um monte de conflitos. No momento, esse é o problema mais significativo de nossa sociedade. Nós estamos oscilando entre problemas econômicos e falta de justiça social. É missão da arte continuar a atacar esses problemas, enquanto eles permanecerem."

